

do impondo-lhe as cegueiras reveladoras dos seus próprios *vested interests*.

A objectivação da relação do sociólogo com o seu objecto é, como se vê bem neste caso, a condição da ruptura com a propensão para investir no objecto, que está sem dúvida na origem do seu «interesse» pelo objecto. É preciso, de certo modo, ter-se renunciado à tentação de se servir da ciência para intervir no objecto, para se estar em estado de operar uma objectivação que não seja a simples visão redutora e parcial que se pode ter, no interior do jogo, de outro jogador, mas sim a visão global que se tem de um jogo passível de ser apreendido como tal porque se saiu dele. Só a sociologia da sociologia — e do sociólogo — pode dar um certo domínio dos fins sociais que podem estar na mira dos fins científicos directamente prosseguidos. A objectivação participante, sem dúvida, o cume da arte sociológica, por pouco realizável que seja, só o é se se firmar numa objectivação tão completa quanto possível do interesse a objectivar o qual está inscrito no facto da participação, e num pôr-em-suspensão desse interesse e das representações que ele induz.

CAPÍTULO III

A génese dos conceitos de habitus e de campo

Ao apresentar aqui, de modo mais sintético e mais sistemático, os conhecimentos que pude obter, no decurso dos anos, pela aplicação a universos diferentes do mesmo modo de pensamento — aquele que é designado pela noção de *campo* — conto realizar a confluência da diversidade aberta pela pesquisa em acção com a coerência reforçada por um olhar retrospectivo. Diferente da teoria teórica — discurso profético ou programático que tem em si mesmo o seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias —, a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de acção só revelado no trabalho empírico em que se realiza. Construção provisória elaborada para o trabalho empírico e por meio dele, ganha menos com a polémica teórica do que com a defrontação com novos objectos. Por esta razão, tomar verdadeiramente o partido da ciência é optar, asceticamente, por dedicar mais tempo e mais esforços a pôr em acção os conhecimentos teóricos adquiridos investindo-os em pesquisas novas, em vez de os acondicionar, de certo modo, para a venda, metendo-os num embrulho de metadiscursos, destinado menos a controlar o pensamento do que a mostrar e a valorizar a sua própria importância ou a dele retirar directamente benefícios fazendo-o circular nas inúmeras ocasiões que a idade do jacto e do colóquio oferece ao narcisismo do pesquisador. Mas é também correr o risco de dar a imagem de um isolacionismo provinciano ou sectário, sobretudo quando o emprego colectivo do mesmo *modus operandi* — embora seja coisa banal nas ciências mais avançadas — vem reforçar esta impressão de monismo totalitário¹.

¹ Alguns dos trabalhos cujos resultados são aqui apresentados foram já objecto de publicação, tendo eles próprios servido de base, desde há uns vinte anos, para pesquisas em que me apoiarei nos textos que têm em vista

Tratar da teoria como um *modus operandi* que orienta e organiza praticamente a prática científica é, evidentemente, romper com a complacência um pouco feiticista que os «teóricos» costumam ter para com ela. Assim, nunca me pareceu indispensável fazer a genealogia de conceitos que, não tendo nascido da partenogénese teórica, não ganham muito em serem re-situados em relação aos usos anteriores, tendo por função, sobretudo, designar, de maneira estenográfica, uma postura teórica, princípio de opções metódicas, tanto negativas como positivas, na condução da pesquisa. Neste sentido, por exemplo, a noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc. Quando introduzi aquela noção, por ocasião da publicação em francês de dois artigos de Panofsky que nunca tinham sido cotejados — um sobre a arquitectura gótica, no qual a palavra era empregada, a título de conceito «nativo»*, para dar uma explicação do efeito do pensamento

fazer a síntese dos conhecimentos adquiridos. Os princípios teóricos e metodológicos que orientaram estes trabalhos foram apresentados, originariamente, no quadro de um seminário que se realizou na Escola Normal Superior entre os anos 60 e os anos 80. Este seminário, ainda que tenha tido sempre um número muito restrito de participantes (sobretudo Jean-Claude Chamboredon, Christophe Charle, Rémi Ponton, Jean-Louis Fabiani, Menger e alguns outros) tinha sido concebido, de começo, como um vasto trabalho colectivo destinado a cobrir o conjunto da produção literária e artística do século XIX francês — graças sobretudo à elaboração de um ficheiro comum, destinado a servir de base para diferentes análises. O método só se vê bem pelos resultados que produz e, quando é exigente, a sua aplicação requer muita inteligência e invenção e também muito trabalho. Resulta daqui que é difícil pôr em evidência e fazer valer princípios teóricos e conceitos que funcionaram praticamente em forma de sugestões, de incitações, de conselhos ou de correcções no quadro de seminários ou de grupos de trabalho sem se correr o risco de se ser injusto para com todos aqueles que os fizeram funcionar, contribuindo, por isso mesmo, para os aperfeiçoar. E assim, visto que, no país dos mestres de pensar, a adopção de um conjunto de *utensílios de pensamento* só pode aparecer como um testemunho de submissão seguidista a um padrão totalitário ou de entrega de si mesmo a um mestre carismático. Trata-se de uma representação colectiva do trabalho intelectual que é, sem dúvida, uma das causas maiores do fracasso total ou parcial dos trabalhos colectivos.

* «indigène» no texto (N. T.).

escolástico no terreno da arquitectura, o outro sobre o Abade Suger em que ela podia também tornar-se útil² —, tal noção permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico. Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da acção que, implícita na noção levi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com o seu agente reduzido ao papel de suporte — *Trager* — da estrutura; e fazia-o arrancando Panofsky à filosofia néo-kantiana das «formas simbólicas» em que ele ficara preso (correndo o risco, com isso, de tirar partido um tanto forçado do uso, único na sua obra, que ele fazia da noção de *habitus*). Sendo as minhas posições próximas das de Chomsky que elaborava, por então, e quase contra os mesmos adversários, a noção de *generative grammar*, eu desejava pôr em evidência as capacidades «criadoras», activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra *hábito* não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky — o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haber*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural —, mas sim o de um agente em acção: tratava-se de chamar a atenção para o «primado da razão prática» de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, o «lado activo» do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do «reflexo», tinha abandonado.

Não há dúvida de que as primeiras aplicações por mim feitas da noção de *habitus* comportavam pouco mais ou menos tudo isso, mas apenas em estado implícito: eram, com efeito, o produto não de um cálculo teórico semelhante ao que acabo de

² E. Panofsky, *Architecture gothique et pensée scolastique*, trad. francesa de Pierre Bourdieu, Paris, Minuit, 1967.

fazer mediante uma balizagem sistemática do espaço teórico mas sim de uma estratégia prática do *habitus* científico, espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço. Creio, no entanto, que a escolha desta velha palavra há muito fora de uso, por não ter herdeiros e só ocasionalmente empregada, não é estranha à realização ulterior do conceito. Os que quiserem ligar a palavra à sua origem, na intenção de a reduzir ou de a destruir, não deixarão de descobrir, por pouco inteligente que seja o modo de conduzir o inquérito, que a sua força teórica residia precisamente na direcção da pesquisa por ela designada a qual está na própria origem da superação que tornou possível. Parece-me, com efeito que, em todos os casos, os utilizadores da palavra *habitus* se inspiravam numa intenção teórica próxima da minha, que era a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objecto. É o que se afigura, tanto no caso em que, como em Hegel que também recorre na mesma perspectiva à noção de *etos*, a noção de *hexis* (equivalente grego de *habitus*) exprime a vontade de romper com o dualismo kantiano e de reintroduzir as disposições duradouras constitutivas da «moral realizada» (*Sittlichkeit*) em oposição ao moralismo abstracto da moral pura e formal do dever; como no caso em que, como em Husserl, o mesmo conceito e noções vizinhas, como a de *Habitualität*, assinalam o esforço para sair da filosofia da consciência reintroduzindo — como em Heidegger e Merleau-Ponty, que, de resto, não empregam a palavra — uma relação de cumplicidade ontológica com o mundo; ou ainda no caso em que — como Mauss, o qual reconhece a dimensão corporal da *hexis* como porte ou postura — a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado.*

A decisão de retomar uma palavra da tradição para a reactivar assenta na convicção de que o trabalho de conceptualização pode, também ele, ser cumulativo, e é diametralmente oposta à estratégia que consiste em tentar associar o seu nome a

* O termo «disposition», na acepção em que o toma o autor, será por nós traduzido por *atitude* ao longo destes textos, salvo ocorrência especial (N.T.).

um neologismo ou, segundo o modelo das ciências da natureza, a um efeito, mesmo menor, fazendo assim subir a sua cotação no *Citation Index*³.

A procura da originalidade a todo o custo, frequentemente facilitada pela ignorância e a fidelidade religiosa a este ou àquele autor canónico que leva à repetição ritual, impedem, uma e outra, a justa atitude para com a tradição teórica, que consiste em afirmar, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação, em se apoiar em todo o pensamento disponível sem temer a acusação de seguidismo ou de ecletismo, para ir para além dos antecessores, ultrapassados assim por uma utilização nova dos instrumentos para cuja produção eles contribuíram⁴. A capacidade de reproduzir activamente os melhores produtos dos pensadores do passado pondo a funcionar os instrumentos de produção que eles deixaram é a condição do acesso a um pensamento realmente produtivo.

Também a elaboração e a transmissão de métodos de pensamento eficazes e fecundos nada têm de comum com a circulação das «ideias» tal como é geralmente pensada: se é permitida esta analogia, diria que os trabalhos científicos são parecidos com uma música que fosse feita não para ser mais ou menos passivamente escutada, ou mesmo executada, mas sim para fornecer princípios de composição. Compreender trabalhos científicos que, diferentemente dos textos teóricos, exigem não a contemplação mas a aplicação prática, é fazer funcionar

³ Esta estratégia, que é a moeda miúda da ambição positivista tradicional de ligar o nome a uma escola ou a um sistema e, deste modo, a uma visão do mundo, tem a seu favor as aparências da modéstia cientista.

⁴ Também aqui as ciências sociais estão numa posição pouco favorável à instituição de tal relação realista com a herança teórica: os valores de originalidade, que são os dos campos literário, artístico ou filosófico continuam a orientar os juízos; eles desacreditam como servil ou seguidista a vontade de adquirir instrumentos de produção específicos ligada a uma tradição e, deste modo, a um trabalho colectivo e, assim, favorecem os embustes sem futuro pelos quais os pequenos empresários sem capital têm em mira associar o seu nome a uma marca de fábrica — como se se vê no domínio da crítica em que não há, hoje, autor que se não atribua um nome em -ismo, -ico ou -logia.

praticamente, a respeito de um objecto diferente, o modo de pensamento que nele se exprime, é reactivá-lo num novo acto de produção tão inventivo e original como o acto inicial que se opõe absolutamente ao *comentário* des-realizante do *lector*, meta-discurso ineficaz e esterilizante. Por isso a apropriação activa de um modo de pensamento científico, ainda que muitas vezes desacreditada como imitação servil de epígono ou como aplicação mecânica de uma arte de inventar já inventada, é tão difícil e tão rara, não só pelos efeitos de conhecimento que produz, como também pela sua elaboração inicial. Uma das inúmeras razões da particular dificuldade das ciências sociais está no facto de exigirem união de uma grande ambição com uma extrema humildade: humildade necessária para conseguir dominar praticamente todo o conjunto dos conhecimentos adquiridos, dispersos e *pouco formalizados*, da disciplina, incorporando-o, como modo de *habitus* (apesar da falsa originalidade da arrogância ou da ignorância continuarem a ter crédito); ambição indispensável para tentar totalizar numa prática realmente cumulativa o conjunto dos saberes e do saber-fazer acumulados em todos os actos de conhecimento — e por meio deles — realizados pelo colégio dos melhores, no passado e no presente.

A mesma atitude esteve na origem do emprego do conceito de *campo*. Também aqui a noção serviu primeiro para indicar uma direcção à pesquisa, definida negativamente como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa, perante a qual se achavam colocadas todas as ciências das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária: nestas matérias, a oposição entre um formalismo nascido da teorização de uma arte que chegara a um alto grau de autonomia e um reducionismo empenhado em relacionar directamente as formas artísticas com formas sociais — com o qual o marxismo, apesar da noção de autonomia relativa, tendia a identificar-se, especialmente com Lukacs e Goldmann — encobria o que as duas correntes tinham de comum, a saber, o facto de ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objectivas. Segue-se daqui que, uma vez mais, a investigação genealógica — que conduziria a autores tão distantes uns dos outros, como é o caso de Trier e de Kurt

Lewin — daria infinitamente menos resultados do que a referência à linhagem ou à *linha* teórica em que o emprego da palavra inscrevia tudo o que se empreendia: o modo de pensamento *relacional* (de preferência a estruturalista) que é o de toda a ciência moderna⁵, como mostrou Cassirer ao torná-lo explícito⁶, é sem dúvida o que liga trabalhos tão diferentes na aparência como os dos formalistas russos — em particular Tynianov⁷ —, os de Lewin ou os de Elias e também, evidentemente, os estruturalismos linguísticos ou antropológicos⁸. A dificuldade que é particular à aplicação deste modo de pensamento às coisas do mundo social provém da ruptura com a percepção comum do mundo social por este exigida. Assim, para construir realmente a noção de *campo*, foi preciso passar para além da primeira tentativa de análise do «campo intelectual»⁹ como universo relativamente autónomo de relações

⁵ Tentei pôr em evidência, num artigo escrito no *acmé* do estruturalismo, as condições da aplicação às ciências sociais do modo de pensamento relacional que se impôs às ciências da natureza e que, por não ter sido claramente pensado *nos seus princípios*, se viu aos poucos deformado, desviado ou pervertido, nas diferentes formas de estruturalismo (cf. P. Bourdieu, «Structuralism and Theory of Sociological Knowledge», *Social Research*, XXV, 4, Verão 1968, pp. 681-706).

⁶ Ernst Cassirer, *Substance et Fonction*, Paris, Minuit, 1977, p. 19.

⁷ Sobre a ligação entre os formalistas russos e Cassirer, pode ver-se: P. Steiner, *Russian Formalism, A Metapoetics*, Ithaca, Cornell University Press, 1984, pp. 101-104.

⁸ Esta unidade de linha teórica está na origem das afinidades, de início confusamente sentidas, e dos pontos de encontro, as mais das vezes descobertos fora de tempo, que importa não descrever como produtos de um empréstimo, pois são o resultado da aplicação separada dos mesmos esquemas (veremos isto mais adiante a respeito dos formalistas russos). Nada há de mais divertido, no trabalho intelectual, que descobrir a mesma ideia, com poucas diferenças de forma, em autores diferentes, sobretudo quando a origem deste encontro é perfeitamente clara. Pensamos neste caso em Baudelaire: «Pois bem, acusam-me, a mim, de imitar Poe! Sabe por que razão traduzi Poe com tanta paciência? *Porque ele se parecia comigo*. A primeira vez que abri um livro dele, vi com espanto e enlevo, não só motivos sonhados por mim, mas *frases*, pensadas por mim, e escritas por ele, vinte anos antes...» (Cf. C. Baudelaire a Théophile Thoré, 1863, in *Baudelaire Critique d'Art*, Paris, Club des Libraires, p. 179).

⁹ P. Bourdieu, «Champ Intellectuel et Projet Créateur», in *Les Temps modernes*, n.º 246. Nov. de 1966, pp. 865-906.

específicas: com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual — sobretudo as interações entre os autores ou entre os autores e os editores — tinham disfarçado as relações objectivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações. Foi assim que a primeira elaboração rigorosa da noção saiu de uma leitura do capítulo de *Wirtschaft und Gesellschaft* consagrado à sociologia religiosa, leitura que, dominada pela referência permanente ao campo intelectual, nada tinha de comentário escolar. Com efeito, mediante uma crítica da visão interaccionista das relações entre os agentes religiosos proposta por Weber que implicava uma crítica retrospectiva da minha representação inicial do campo intelectual, eu propunha uma construção do campo religioso como *estrutura de relações objectivas* que pudesse explicar a forma concreta das interações que Max Weber descrevia em forma de uma *tipologia realista*¹⁰. Nada mais restava fazer do que pôr a funcionar o instrumento de pensamento assim elaborado para descobrir, aplicando-o a domínios diferentes, não só as propriedades específicas de cada campo — alta costura, literatura, filosofia, política, etc. — mas também as invariantes reveladas pela comparação dos diferentes universos tratados como «casos particulares do possível»¹¹. As transferências metódicas de modelos baseados na

¹⁰ P. Bourdieu, «Une interprétation de la sociologie religieuse de Max Weber», in *Archives européennes de sociologie*, XII, 1, 1971, pp. 3-21. Embora também aqui conte evidentemente a intenção de reduzir o efeito próprio da leitura, a evidência — ex post — da *reinterpretação* estruturalista por mim proposta faz com que, desde que o primeiro volume de *Wirtschaft und Gesellschaft* foi, enfim, traduzido, se atribua geralmente ao próprio Weber (compreender-se-á que eu não faça citações) conceitos como os de campo religioso ou capital simbólico e todo um modo de pensamento que são evidentemente estranhos à lógica do seu pensamento. [Trata-se do t. I intitulado *Economie et Société*, trad. dirigida por J. Chavy e E. de Dampierre, Paris, Plon, 1971].

¹¹ Se a aplicação reiterada dos mesmos esquemas a objectos diferentes conduz a algumas repetições fastidiosas, ela justifica-se sem dúvida do ponto de vista da pedagogia da pesquisa, na medida em que estes esquemas podem deste modo passar directamente para a prática do leitor activo, capaz de tratar o protocolo científico como exercício de trabalhos práticos — isto sem excluir os efeitos, sem dúvida muito diferentes, da transmissão em forma de tradução formalizada dos esquemas práticos do *habitus* científico.

hipótese de que existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos, ao invés de funcionarem como simples metáforas orientadas por intenções retóricas de persuasão, têm uma eficácia heurística eminente, isto é, a que toda a tradição epistemológica reconhece à analogia. Além disso, a paciência das aplicações práticas repetidas deste método é uma das vias possíveis (para mim a mais acessível e a mais aceitável) da «ascensão semântica» (no sentido de Quine) permitindo levar a um nível de generalidade e de formalização mais elevado os princípios teóricos envolvidos no estudo empírico de universos diferentes e as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos. Estes, em consequência das particularidades das suas funções e do seu funcionamento (ou, mais simplesmente, das fontes de informação respectivas), denunciam de maneira mais ou menos clara propriedades comuns a todos os campos: assim, o campo da alta costura levou, mais directamente do que qualquer outro universo, a uma das propriedades mais importantes de todos os campos de produção cultural, que é a da lógica propriamente mágica da produção do produtor e do produto como feitiços — sem dúvida porque, sendo mais legítimo culturalmente, ele censura de modo menos vivo o aspecto «económico» das práticas e está menos protegido contra a objectivação, que implica sempre uma forma de des-sacralização.

Todavia, procurar a solução de um problema canónico neste ou naquele estudo de casos, sobretudo se este se dedica ao universo frívolo da moda, implicava uma transformação do trabalho intelectual que não deixa de ter relação com o que, segundo Erich Auerbach, fizeram os inventores do romance moderno, Virginia Woolf, Joyce e Faulkner: «Dá-se menos importância aos grandes acontecimentos exteriores e aos acasos da fatalidade, pensa-se que eles são pouco capazes de revelar alguma coisa de essencial a respeito do objecto considerado; crê-se, ao invés, que qualquer fragmento da vida, tomado ao acaso, em qualquer momento, contém a totalidade do destino e que pode servir para representá-lo. Tem-se mais confiança nas sínteses obtidas pelo aprofundamento de uma circunstância quotidiana do que num tratamento global, ordenado cronologi-

camente, que segue o seu objecto do começo ao fim, se esforça por nada omitir de exteriormente importante e põe em relevo as grandes viragens da vida para fazer delas as articulações da intriga»¹². Pode-se, com efeito, «regressar às próprias coisas» mergulhando na particularidade de um caso particular (a revolução impressionista, por exemplo) para tentar descobrir nele alguma coisa de essencial (a verdade trans-histórica das revoluções simbólicas), mas tão-só com a condição de se repudiar a hierarquia académica dos géneros e dos objectos a qual, banida da literatura e da pintura desde o século XIX, se perpetua na tradição filosófica — através, por exemplo, da condenação ativa do «historicismo».

A teoria geral dos campos que, pouco a pouco¹³, se foi assim elaborando, nada deve, ao contrário do que possa parecer, à transferência, mais ou menos repensada, do modo de pensamento económico, embora, ao reinterpretar numa perspectiva relacional a análise de Weber, que aplicava à religião um certo número de conceitos retirados da economia (como concorrência, monopólio, oferta, procura, etc.), me achei de repente no meio de propriedades gerais, válidas nos diferentes campos, que a teoria económica tinha assinalado sem delas possuir o adequado fundamento teórico. Em vez de ser a transferência que está na origem da construção do objecto — como quando se vai buscar a outro universo, de preferência prestigioso, etnologia, linguística ou economia, uma noção descontextualizada, simples metáfora com função puramente emblemática — é a construção do objecto que exige a transferência e a fundamenta: assim, tratando-se de analisar os usos sociais da língua, a ruptura com a noção vaga e vazia de «situação» — que introduzia, ela própria, uma ruptura com o modelo saussuriano ou chomskiano — obriga a que se pensem as relações de permuta linguística como outros tantos mercados

¹² E. Auerbach, *Mimesis, la représentation de la réalité dans la littérature occidentale*, Paris, Gallimard, 1968, p. 543.

¹³ Procurei isolar as propriedades gerais dos campos, levando as diferentes análises realizadas a um nível superior de formalização, nos cursos que dei no *Collège de France* em 1983 e 1984 e que serão objecto de publicação.

que se especificam segundo a estrutura das relações entre os capitais linguísticos ou culturais dos interlocutores ou dos seus grupos. Tudo leva a supor que a teoria económica, como se espera poder um dia demonstrar, em vez de ser modelo fundador, deve antes ser pensada como um caso particular da teoria dos campos que se constrói pouco a pouco, de generalização em generalização e que, ao mesmo tempo permite compreender a fecundidade e os limites de validade de transferências como as com que Weber opera, e obriga a repensar os pressupostos da teoria económica à luz sobretudo dos conhecimentos adquiridos a partir da análise dos campos de produção cultural¹⁴.

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a *forma específica* de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário. Compreender a génese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. Não há dúvida que é tentador, como nota Wittgenstein nas *Leçons sur l'Éthique*, abandonar-se ao prazer de «destruir os preconceitos», sendo certo que alguns tipos de explicação exercem uma atracção irresistível», como em especial uma explicação do

¹⁴ A análise, em curso, de um universo económico como o do campo dos produtores de habitação, reconhece um certo número de características já observadas em campos como o da alta costura ou mesmo o da pintura e da literatura: sobretudo o papel dos investimentos destinados a produzir a crença no valor de um produto simultaneamente económico e simbólico, ou o facto de, neste domínio como em outros, as estratégias das operações dependerem da sua posição no campo da produção, quer dizer, na estrutura da distribuição do *capital específico* (no qual há que incluir a «reputação» do nome da marca).

tipo: «isto é apenas aquilo». É certo, no entanto, que, contra todas as espécies de *escapism* que levam a achar na arte uma nova forma da ilusão dos mundos imaginários, a ciência deve apreender a obra de arte na sua dupla necessidade: necessidade interna desse objecto maravilhoso que parece subtrair-se à contingência e ao acidente, em suma, tornar-se necessário ele próprio e necessitar ao mesmo tempo do seu referente; necessidade externa do encontro entre uma trajectória e um campo, entre uma pulsão expressiva e um espaço dos possíveis expressivos, que faz com que a obra, ao realizar as duas histórias de que ela é produto, as supere.

Nunca se passa para além da história e a ciência do homem não pode pôr a si mesma outro fim que não seja o de se reapropriar, pela tomada de consciência, da necessidade que está inscrita na história e, em particular, de conferir a si mesma o domínio teórico das condições históricas em que podem emergir necessidades trans-históricas. Por exemplo, é cair profundamente na ilusão feiticista não querer ver que a solução do problema da «literalidade», caro aos formalistas russos, não pode ser encontrada noutra domínio que não seja o da história do campo literário: nenhuma análise de essência, nenhuma definição formal pode, com efeito, esconder que a afirmação da especificidade do «literário» ou do «pictórico» e da sua irreduzibilidade a qualquer outra forma de expressão é inseparável da afirmação da autonomia do campo de produção que ela supõe e, ao mesmo tempo, reforça. O movimento do campo literário ou do campo artístico para a autonomia pode ser compreendido como um processo de *depuração* em que cada género se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo, para além mesmo dos sinais exteriores, socialmente conhecidos e reconhecidos, da sua identidade. Os formalistas — e sobretudo Jakobson, familiarizado com a fenomenologia — nada mais fizeram do que retomar, de maneira mais metódica e mais consequente, as velhas interrogações da crítica e da tradição escolar acerca da natureza dos géneros, teatro, romance ou poesia; eles tornaram-se assim culpados, com toda a tradição de reflexão sobre a «poesia pura» ou sobre a «teatralidade», de constituírem em essências trans-históricas aquilo que, na reali-

dade, é tão-só uma espécie de *quinta-essência histórica*, quer dizer, o produto do lento e longo trabalho de alquimia histórica que acompanha o processo de autonomização dos campos de produção cultural. Com efeito, de depuração em depuração, as lutas que têm lugar no campo da produção poética conduziram a que se isolasse, pouco a pouco, o princípio essencial do efeito poético, quer dizer, o essencial daquilo que separa a poesia da prosa: ao fazer desaparecer, por exemplo, com o verso livre, características secundárias como a rima e o ritmo, essas lutas não deixaram subsistir mais que uma espécie de extracto altamente concentrado (como em Francis Ponge, por exemplo) das propriedades mais indicadas para produzir o efeito poético de desbanalização das palavras e das coisas, a *ostranenie* dos formalistas russos, sem se recorrer a técnicas socialmente designadas de «poéticas». Sempre que se institui um destes universos relativamente autónomos, campo artístico, campo científico ou esta ou aquela das suas especificações o processo histórico aí instaurado desempenha o mesmo papel de *abstractor de quinta-essência*. Donde a análise da história do campo ser, em si mesma, a única forma legítima da análise de essência¹⁵.

Mas, dir-se-á, que é que se ganhou, a não ser o prazer um pouco perverso do desencanto, com esta redução histórica daquilo que se quer viver como experiência absoluta, estranha às contingências de uma génese histórica? Há uma história da razão que não tem a razão como princípio; uma história do verdadeiro, do belo, do bem, que não tem apenas como motor a procura da verdade, da beleza, da virtude. A autonomia relativa do campo artístico como espaço de relações objectivas em referência aos quais se acha objectivamente definida a relação entre cada agente e a sua própria obra, passada ou presente, é o que confere à história da arte a sua autonomia relativa e, portanto, a sua lógica original. Para explicar o facto de a arte parecer encontrar nela própria o princípio e a norma

¹⁵ Assim, a análise da atitude estética pura, que é exigida pelas formas mais avançadas da arte, é inseparável do processo de autonomização do campo de produção. Do mesmo modo, a epistemologia não pode ser separada, nem de facto nem de direito, da história social da ciência.

da sua transformação — como se a história estivesse no interior do sistema e como se o devir das formas de representação ou de expressão nada mais fizesse além de exprimir a lógica interna do sistema — não há necessidade de hipostasiar, como frequentemente se faz, as leis desta evolução; se existe uma história propriamente artística, é, além do mais, porque os artistas e os seus produtos se acham objectivamente situados, pela sua pertença ao campo artístico, em relação aos outros artistas e aos seus produtos e porque as rupturas mais propriamente estéticas com uma tradição artística têm sempre algo que ver com a posição relativa, naquele campo, dos que defendem esta tradição e dos que se esforçam por quebrá-la. «A acção das obras sobre as obras», de que falava Brunetière, só se exerce por intermédio de autores cujas estratégias devem à posição relativa que têm na estrutura do campo intelectual a forma, a lógica e o conteúdo que apresentam¹⁶. O analista que procura

¹⁶ A resistência à análise científica tem recursos quase infinitos, como se pode ver nesta apresentação das minhas análises: «Bourdieu, ao contrário (de Adorno), defende uma abordagem funcionalista. Ele analisa as acções dos sujeitos naquilo a que chama «o campo cultural» levando em linha de conta *exclusivamente* as probabilidades de conquista do poder e do prestígio, e considera os objectos *simplesmente* como meios estratégicos que os produtores empregam na luta pelo poder» (P. Bürger, «On the Literary History», *Poetics*, vol. 14, n.º 3/4, August 1985, pp. 199-207 — sublinhado por mim). Estratégia muito comum, que consiste em *acusar de reducionismo* uma teoria previamente reduzida: as estratégias práticas e sobredeterminadas, que não são necessariamente conscientes e calculadas e que exprimem os interesses, ao mesmo tempo estéticos e sociais, associados a uma posição no campo, são por Peter Bürger substituídas por estratégias exclusivamente e explicitamente orientadas por uma espécie de vontade de poder genérica que poderia ser exercida tanto no campo político como no campo económico. Ele faz desaparecer assim a especificidade das lutas estéticas e dos interesses nelas envolvidos, em suma, precisamente aquilo que a noção de campo tinha em vista explicar: na realidade, as lutas que têm lugar no campo intelectual têm o poder simbólico como coisa em jogo, quer dizer, o que nelas está em jogo é o poder sobre um uso particular de uma categoria particular de sinais e, deste modo, sobre a visão e o sentido do mundo natural e social. Trata-se de um equívoco demasiado grosseiro a respeito de um ponto demasiado evidente para não ser de certo modo interessado, logo, *estratégico* (no sentido que eu dou a esta palavra), quer dizer, orientado, com toda a inocência, como em todas as formas de recusa de saber, pelos interesses ligados a uma posição.

nos interesses ligados à pertença a um campo de produção cultural e, mais largamente, ao campo social no seu conjunto, o princípio da existência da obra tanto naquilo que ela tem de histórico como naquilo que ela tem de trans-histórico — «o eterno encanto da arte grega» —, trata a obra como um sinal* intencional dominado e regulado por qualquer coisa de diferente, de que ela é também sintoma. O analista procura a intenção objectiva escondida por debaixo da intenção declarada, o querer-dizer que é denunciado no que ela declara. E supõe que nela se enuncia um sentido profundo, uma pulsão expressiva, biológica ou social que a alquimia da forma imposta pela necessidade social do campo tende a tornar irreconhecível, sobretudo obrigando a pulsão a negar-se e a universalizar-se. Ao contrário do angelismo do interesse puro pela forma pura, a análise que apreende num movimento único a pulsão expressiva, a censura e a sublimação garantida pelo trabalho de dar forma dá uma visão realista, quer dizer, ao mesmo tempo mais verdadeira, e, por fim, mais tranquilizadora do trabalho colectivo de sublimação que está na origem das conquistas mais altas da acção humana: a história só pode produzir a universalidade trans-histórica produzindo, por meio das lutas tantas vezes impiedosas dos interesses particulares, universos sociais que, por efeito da alquimia social das suas leis históricas de funcionamento, tendem a extrair da defrontação dos interesses particulares a essência sublimada do universal. A exaltação hagiográfica e o rebaixamento redutor têm isto de comum: procurar nos grandes homens o princípio das grandes obras; e ignorar tudo o que, nas práticas e nas produções mais sublimes, resulta da lógica desses mundos paradoxais em que — entre outras razões, porque pode-se ter interesse em se mostrar desinteressado — certos homens podem encontrar uma incitação para se superarem ou, pelo menos, para produzirem actos ou obras que vão para além das suas intenções e dos seus interesses.

* Em francês «signe» (N.T.).